

TERRITORIAL RURAL DEVELOPMENT IN THE AMAZON:

AN ANALYSIS OF PARA'S NORTHEAST*

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NA AMAZÔNIA:

UMA ANÁLISE DO NORDESTE PARAENSE

Maria José de Souza Barbosa¹Géssica Rafaela Nunes²Wilk Cardoso Cruz³**ABSTRACT**

This paper aims to contribute to the debate on the Rural Territorial Development in the Amazon emphasizing territory of Northeast of Pará. Therefore, we performed a theoretical-academic on issues of rural development, territorial and Amazon in order to know the importance of introducing the concept of territory in the discussion of the development, since this is part of a recent debate in Brazil face the crisis of historical pattern of state funding nation-oriented to large enterprises and promoting infrastructural facilities of large industries, centered around the factory as proactive economic development and territorial. Therefore, understanding the interfaces of such a concept in relation to development is essential in order to think of development compatible with the economic reality of the Amazon region, because the linear pattern of development does not respect the natural ways of life, the organization social, economic, political and cultural context of each region. The concept of territory as a strategy to promote public policies to multiple dimensions shall be entered in this debate due to the dynamic control and enjoyment of nature in the face of the worsening environmental situation due to depletion of natural resources. In this sense, we use for our analysis, the data derived from research conducted on the territory of Northeast

¹Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (Belém, Brasil), vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, no qual exerce a função de Diretora Adjunta, pesquisadora produtividade do CNPq e da União Européia e Lationoamérica. E-mail: majose@ufpa.br

²Graduando em Contabilidade pela Universidade Federal do Pará (Belém, Brasil) e Bolsista de Iniciação Científica - CNPq. E-mail: gesikinha_nunes@hotmail.com

³Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (Belém, Brasil) e Bolsista de Iniciação Científica - CNPq. E-mail: wilkcruz.ss@gmail.com

Pará, which is to work through this article, through the Index Living Conditions (ICV) for Family Agriculture. Survey that was conducted from January to August 2011, in order to identify the perception of fishermen, riparian, maroons, family farmers on their living conditions, the samples drawn by SDT/MDA in ten, twenty municipalities that make up the territory. The debate on territorial development is articulated strategic management supported on the concrete experiences of the role of local actors in negotiations with makers and policymakers, under proposals that pass to incorporate the concept of territory as a strategy to promote public policies multiple dimensions.

KEYWORDS: Rural Development. Land. Northeast of Pará.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir com o debate sobre o Desenvolvimento Territorial Rural na Amazônia, enfatizando o território do nordeste paraense. Para tanto, realizamos um estudo teórico-acadêmico sobre as temáticas do desenvolvimento rural, territorialidade e Amazônia, a fim de conhecer a importância da introdução do conceito do território na discussão do desenvolvimento, uma vez que este faz parte de um debate recente no Brasil, em face da crise do padrão histórico de financiamento do Estado-nação voltado aos grandes empreendimentos infraestruturais e ao fomento das instalações de grandes indústrias, centrado na fábrica como dinamizadora do desenvolvimento econômico e territorial. Logo, entender as interfaces de tal conceito em relação ao desenvolvimento é imprescindível no sentido de se pensar um desenvolvimento compatível com a realidade socioeconômica da região amazônica, pois o padrão de desenvolvimento linear não respeita os modos de vida singulares, ou seja, a organização social, econômica, política e cultural de cada região. O conceito de território como estratégia de promoção de políticas públicas de múltiplas dimensões passa a ser introduzido neste debate devido às dinâmicas de controle e de usufruto da natureza em face do agravamento da situação ambiental e ao esgotamento dos recursos naturais. Nesse sentido, utilizamos, para nossa análise, os dados derivados de pesquisas realizadas no território do nordeste paraense, o qual se propõe trabalhar por meio deste artigo, através do Índice de Condições de Vida (ICV) para a agricultura familiar. A pesquisa foi realizada nos meses de janeiro a agosto de 2011, com objetivo de identificar a percepção de pescadores, ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares sobre suas condições de vida, nas amostras sorteadas pela SDT/MDA em dez⁴, dos vinte municípios que compõem o território. O debate em torno do desenvolvimento territorial é articulado à gestão estratégica apoiada nas experiências concretas do protagonismo dos

⁴ Aurora do Pará, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Paragominas, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá.

sujeitos locais, na negociação com os formuladores e gestores de políticas públicas, sob proposições que passam a incorporar o conceito de território como estratégia de promoção de políticas públicas de múltiplas dimensões.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Rural. Território. Nordeste Paraense.

1. APRESENTAÇÃO

O presente artigo constitui-se como resultado parcial de uma pesquisa norteada por leituras bibliográficas e análise de dados empíricos, em que se busca realizar uma discussão acerca dos desafios e das perspectivas do desenvolvimento pensado a partir do território rural para o território rural. Para Figueiredo (1993), a aplicação do paradigma do crescimento econômico, dominante nas últimas décadas, acentuou o fosso entre Espaço desenvolvido/Espaço subdesenvolvido, entre urbano/rural e entre futuro/passado. Este paradigma e a sua implementação traduziu-se em uma subalternização dos espaços rurais relativamente aos espaços urbanos, sendo grande parte das áreas rurais marginalizadas pelos processos de urbanização/modernização, resultando na atribuição de um papel residual a estas áreas e em uma diminuição dos recursos humanos (êxodo rural) e, conseqüentemente, das capacidades locais.

Por meio desta pesquisa, constatamos que as regiões não respondem da mesma forma às políticas nacionais de desenvolvimento. Nesse sentido, faz-se necessário entendermos de onde e como essas políticas são pensadas, assim como o próprio conceito de desenvolvimento, a fim de se chegar a um modelo que seja compatível com a realidade socioeconômica da região amazônica, introduzindo, nesta, a perspectiva do território como um instrumento inovador para o desenvolvimento.

Segundo Eid e Pimentel (2008), o desenvolvimento envolve modificações qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas, logo, o desenvolvimento consiste na transformação de uma economia atrasada em uma economia moderna, eficiente, juntamente com melhoria da qualidade de vida do conjunto da população. Portanto, o desenvolvimento precisa ser pensado a partir da abordagem territorial, envolvendo mudanças estruturais e melhoria de indicadores econômicos e sociais.

Ao contrário, temos constatado a concentração econômica, a exclusão social e a degradação ambiental como resultados principais de décadas de um modelo de desenvolvimento conservador. Nesse sentido, a abordagem do desenvolvimento territorial rural aparece no cenário econômico pela necessidade de avaliar o crescimento econômico pensado a partir da perspectiva do modo capitalista de produção, o qual tem exercido pressão sobre o meio ambiente (uso intensivo dos recursos naturais), fazendo surgir a necessidade de se pensar e implementar novas formas de produção para reverter esse quadro. Assim, o desafio posto, hoje, é pensar um “modelo” de desenvolvimento que priorize a inclusão dos sujeitos que estão presentes onde essas relações de conflitos acontecem, ou seja, no território.

A abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe, ao mesmo tempo, a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes, cuja dimensão dá-se com objetivos instrumentais e práticos, sendo uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, ao sentimento de pertencimento, à valorização da cultura local e à inclusão social são objetivos primordiais a serem atingidos. A “identidade” é considerada fundamental para ensejar a coesão social e territorial, facilitando a concretização de processos negociados

de desenvolvimento sustentável (Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR).

A ideia de desenvolvimento pautado no território faz parte de um debate recente no Brasil, que surge pelo fato de o território ter se tornado um instrumento de grande relevância para a elaboração de políticas públicas, pois o território é mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, visto que possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. “Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 1998, p. 7).

Assim, compreende-se que o território abrange uma sociedade identificada segundo suas características em comum, além das noções de espaço, lugar e soberania do Estado. Sociedade que vive em determinada região que vai além do espaço geográfico, pois cria laços de identificação e pertencimento herdados de processos históricos, colonização, crenças e culturas, fatores que também contribuem na formação da identidade do território, pois são pontos que o caracterizam como rural, mesmo que hoje percebemos que urbano e rural se confundem, uma vez que encontramos características de ambos presentes nos territórios denominados rurais.

Dessa forma, entender por desenvolvimento territorial no espaço rural faz-se de grande importância para compreendermos como esse desenvolvimento está sendo pensado, principalmente no que tange aos territórios rurais da Amazônia. Portanto,

o desenvolvimento rural não se restringe ao ‘rural estritamente falando’ (as famílias rurais e produção agrícola) e nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais (comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo), mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais

extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer definitivamente o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação (NAVARRO, 2001, p. 97).

Figueiredo (1999), ao tratar do progressivo reconhecimento social que o “mundo rural” tem assumido, afirma que, em 1988, a Comissão das Comunidades Européias reconhece que “as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo” (FIGUEIREDO, 1999, p. 265), ou seja, o papel importante de produção de alimentos e matérias-primas, que continuam a desempenhar pelo menos para as comunidades rurais, que estas áreas têm vindo a adquirir, sobretudo por parte dos habitantes “não rurais”, é de extrema importância enquanto reserva cultural, social e ambiental.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento, vivenciado nesses espaços ainda hoje, está centrado na fábrica como dinamizadora do desenvolvimento econômico e territorial, como desenvolvimento exógeno, portanto, sem levar em consideração as especificidades de cada região, daí a importância de se pensar um desenvolvimento a partir do território, já que estes têm suas especificidades e singularidades, mesmo estando ligados direta ou indiretamente uns aos outros.

Haesbaert (2006) assinala que a territorialidade constitui-se elemento indissociável à própria condição humana, partindo do fato de que o conceito de sociedade implica, de algum modo, sua especialização-territorialização. Destaca três orientações básicas: a política que se refere às relações espaço-poder, em geral, ou jurídico-política em face de relações espaço-poder institucionalizada. Sob essa ótica, o território é visto como um espaço determinado e controlado, por meio do qual se exerce determinado poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado; cultural ou simbólico cultural, priorizando a dimensão simbólica e mais subjetiva entre os territorialistas,

sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido; econômica enfatiza a dimensão espacial onde as relações são dadas a partir de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho como produto da divisão territorial.

Sendo assim, considerar o território com suas especificidades econômicas é um fator importante para o desenvolvimento articulado com as ações econômicas e interligado no mesmo território, para que se possa pensar em um novo modelo de desenvolvimento. Uma condição central, para que se chegue a este fim, é reduzir as diferenças entre os padrões educacionais, sanitários, habitacionais e econômicos no País, para que possamos pensar esse novo “modelo” de desenvolvimento econômico e social comprometido com o bem estar do ser humano e a conservação das grandes florestas (BARBOSA et al, 2011).

A valorização da natureza é outro fator importante para o desenvolvimento e deve ser pensada não somente como fonte de recursos a ser explorada de modo instrumental, mas também pela necessidade de conservação, tendo em vista que os recursos naturais são esgotáveis (fontes energéticas, água, solos agricultáveis). Em relação à Amazônia, o controle dessas fontes tem gerado conflito no território e a sua delimitação é dada pela identidade e perspectiva cultural. A partir disso, o desenvolvimento territorial é sufocado, pois o desenvolvimento dos territórios tem como suporte as capacidades competentes e habilidades dos atores diferentes e sujeitos locais.

Outro foco igualmente primordial é pensar a efetivação do desenvolvimento sustentável, a fim de satisfazer necessidades dos indivíduos hoje, mas sem destruir os recursos que serão indispensáveis no futuro, sendo assim, para não acabar com os recursos naturais, é fundamental que se reconheçam os limites de tais recursos. Para tanto, o desenvolvimento sustentável adota a ideia de que qualidade ambiental e

desenvolvimento econômico estão acopladas e que somente com a disponibilidades de recursos naturais podemos pensar em desenvolvimento econômico, social e sustentável.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa teve como perspectiva a compreensão e análise crítica em busca da produção do conhecimento visando à sistematização de dados, experiências e a operacionalização de ações em busca da inovação. Inicialmente, realizou-se um estudo teórico-acadêmico sobre as principais temáticas que norteiam a discussão do desenvolvimento rural na Amazônia.

A análise do Território do Nordeste Paraense foi possível a partir dos dados obtidos por meio das atividades de pesquisa e extensão com foco nos processos demandados pela implantação das Células de Acompanhamento e Informação, tendo em vista apoiar o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que resultaram no relatório preliminar para o MDA, o qual pôde ser utilizado como fonte para tal pesquisa.

A compreensão da dimensão do desenvolvimento territorial rural, pensado para a Amazônia, foi construída a partir da análise dos dados coletados no Território do Nordeste Paraense – que a equipe do projeto já havia realizado – uma vez que nossa inserção se deu neste, após um ano do desenvolvimento da pesquisa, quando a equipe já havia aplicado os questionários Q1, Q2, Q3 e Q4, os quais buscaram apreender respectivamente: capacidades institucionais, identidade territorial, acompanhamento da

gestão dos colegiados e os índices de condições de vida, bem como, os indicadores do desenvolvimento sustentável, sob a orientação da SDT.

Para a elaboração de tal trabalho, buscou-se analisar ainda os questionários do Índice de Condições de Vida (ICV), que trata das percepções das populações rurais em relação às ações de desenvolvimento do território, a fim de mostrar como os habitantes das áreas selecionadas veem as ações e projetos de desenvolvimento rural e as suas demandas; além dos dados relativos ao acompanhamento da gestão do Colegiado deste Território para entender como se dá as pactuações das ações e projetos de desenvolvimento rural, visando apreender a política de desenvolvimento rural processada neste espaço institucional, que visa superar a dicotomia entre público e privado na gestão do território, na perspectiva do conhecimento da realidade do Território Nordeste Paraense, com base na percepção dos sujeitos, mas também com observações sobre as possibilidades de promoção de programas e projetos voltados ao desenvolvimento rural e à gestão estratégica dos territórios rurais.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Na Amazônia brasileira, existe uma relação muito grande entre os seres vivos e o meio ambiente, no entanto, essa relação tem sido ameaçada desde muito pelo modelo expansionista dos tempos modernos, que se fundamenta na destruição da natureza e na finalidade de obter lucro sem limites. O que tem se traduzido para as populações nativas que se alimentam de peixes, aves, animais, frutos silvestres, extrativismo e produtos da agricultura de subsistência são prejuízos gigantescos que poderão, em um futuro próximo, ser uma tragédia irreparável.

Nesse sentido, o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em prol das populações locais não ocorreu na Amazônia até hoje, “pois em todo o processo de colonização da região entre o Estado e o capital, em nenhum momento houve a preocupação em utilizar os recursos naturais de forma sustentável” (PICOLI, 2006, p. 119). Segundo Souza e Filippi (2008), qualquer referência à Amazônia brasileira faz com que advenham, imediatamente, lembranças relacionadas às riquezas naturais (fauna, flora e minerais), aos conflitos agrários, ao impacto ambiental existente no marco do desmatamento e à influência nas mudanças climáticas, à importância da água como elemento estratégico, à intensa exploração mineral existente na região, ao trabalho escravo, à frágil condição de desenvolvimento humano e a outras questões que possuem interfaces local, nacional e internacional.

Em face da complexa e contraditória realidade amazônica, a Universidade Federal do Pará através do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários e do Grupo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Tecnologia Social e Desenvolvimento da Amazônia se propõe a contribuir com os objetivos e as diretrizes do PDSTR da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão integrante do MDA, cujo objetivo é promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos nos territórios rurais incorporados ao programa, visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional. Tendo em vista que, hoje, a mobilização produtiva dos territórios insere o Brasil e a Amazônia no *front* das tendências mais avançadas, ou seja, no deslocamento paradigmático que não respeita os estágios “progressivos” e linearidade⁵.

⁵ Informações extraída do *Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará*, coordenado pela Prof^a Dra. Maria José de Souza Barbosa, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Na Amazônia, o lugar do trabalho é a terra, a floresta e a água, sendo sua defesa indispensável para a manutenção da biodiversidade, sustentação da vida em si mesma. Em geral, as estruturas locais são centradas na economia de subsistência, de base familiar e/ou comunitária. O Estado do Pará é o segundo maior da região Norte e seu território é composto por 1.274.702 km² distribuídos em 143 municípios, divididos em seis mesorregiões. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população estimada em 6.192.307 habitantes. Destes, 66,5% estão concentrados em áreas urbanas e 33,5% em áreas rurais.

No Pará, estão constituídos cinco territórios rurais, no entanto, o estudo em questão analisa o Território Rural do Nordeste Paraense⁶, que possui 581.944 habitantes, sendo que 50,23% na zona urbana e 49,77% na zona rural. O perfil do território é heterogêneo e guarda relação com os diferentes movimentos históricos, dos fluxos migratórios, cuja origem está na colonização do XVI, mas que se alterou profundamente dos anos 1960 aos anos 1980, em face dos processos recentes e diferenciados de penetração do capital, os quais impactaram as relações socioambientais, particularmente, relacionados às estruturas agrícolas e extrativistas modernas, frontalmente opostas às formas rudimentares de um modo de vida articulado ao mundo rural (BARBOSA et al, 2011).

O conhecimento do Território do Nordeste Paraense deu-se por meio das informações derivadas do diagnóstico do território, resultado do primeiro ano das atividades de pesquisa e extensão com foco nos processos demandados pela

⁶ O Território do Nordeste Paraense é composto pelos municípios: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujarú, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu e Ulianópolis.

implantação das Células de Acompanhamento e Informação, tendo em vista subsidiar o PDSTR/SDT, como já citado anteriormente.

Este tem passado por um intenso processo de substituição da agricultura familiar pela produção mecanizada para a implantação de pastagens de gado (bovino, caprino, ovino, soja, equino, muares e extração de minérios). Os dados demográficos do território, de acordo com o Censo 2010, do IBGE, mostram que sua população total está distribuída em uma extensão geográfica de 86.753,492 Km², aglutinando municípios de três principais regiões de integração do Estado do Pará: parte da região Guamá, toda a região Rio Capim e parte da região Rio Caeté. Apresenta, também, uma densa malha rodoviária, tendo como eixos principais as rodovias BR-316 (Pará-Maranhão), BR-010 (Belém-Brasília) e a BR-222, e eixos secundários, com várias rodovias estaduais, como a PA-252, PA-253, PA-140, entre outras.

A organização político-institucional do Território é constituída tanto pelos representantes dos governos federal, estadual, municipal e por representantes de instituições da sociedade civil que atuam na região. Três dos vinte municípios são geridos por mulheres (Capitão Poço, Rondon do Pará e São Miguel do Guamá), em que duas (Rondon do Pará e São Miguel do Guamá) chegaram à administração municipal apenas no segundo semestre de 2010, porque seus antecessores tiveram seus mandatos cassados. Vale destacar que a cidade de Belém, capital do Estado, ainda hoje sobredetermina os processos de controle e centralização das decisões que pesam sobre essas localidades em estreita relação com os "novos sujeitos" do neodesenvolvimentismo⁷ (BARBOSA et al, 2011).

⁷ A dinâmica de constituição dos espaços rurais e urbanos no estado do Pará, particularmente, tem sido impactada pela velha ideia desenvolvimentista e, mais recentemente, pela nova onda neodesenvolvimentista, cuja lógica aparece pela retomada dos grandes projetos econômicos e infraestruturais que vem sendo implantados na região (REIS; BARBOSA, 2009).

A produção mecanizada e os grandes projetos de extração minero-metalúrgica e agro-pastoris, incentivadas pelo estado autoritário, faz parte desse movimento de substituição das práticas socioeconômicas endógenas, como àquelas da agricultura familiar. As bases exógenas desses projetos levaram à expulsão de populações tradicionais, os quais passaram a não ter mais acesso aos recursos naturais superabundantes, potencializadores de suas dinâmicas de valorização da vida, ocasionando ainda um intenso êxodo rural e a devastação de recursos naturais biodiversos.

O desmatamento na região é outra questão preocupante, posto que, em março de 2010, o desmatamento ocorrido em toda Amazônia Legal, cujos 45% se deu no Pará, entre os quais o município de Rondon do Pará ocupa o 8º lugar e Tomé-Açu o 9º lugar no ranking de municípios que mais desmataram, de acordo com relatórios divulgados pelo Imazon/SAD. Além disso, foram constatadas que as florestas degradadas, ou seja, as florestas intensamente exploradas pela atividade madeireira e/ou atingidas por queimadas na Amazônia Legal, somaram 220 quilômetros quadrados. Desse total, 87% ocorreram no Pará.

Para compreender os dados relativos aos indicadores sobre a identidade do Território em análise, é preciso voltar-se a antigos dilemas da Amazônia e a seus novos desafios. Uma região pautada por contínuos processos de expansão da economia capitalista, na medida em que é considerada como fronteira de recursos a ser explorada em face de suas riquezas naturais. Na realidade, as estruturas locais são centradas na economia de subsistência, de base familiar e/ou comunitária, onde a produção de excedente ou mesmo a monocultura não tem espaço, mas que exigem acesso a condições reais para o desenvolvimento local sob a centralidade de seus sujeitos protagonistas.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento dos territórios tem como “combustível” principal o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades dos atores locais,

sua identidade social e histórica. Assim, o gerenciamento eficiente dos recursos atuais e potenciais dos territórios exige a incorporação de conhecimentos e capacidade de identificar as tendências de transformação e possibilidades externas em oportunidades internas, com o objetivo de resolver problemas ou atender necessidades locais, promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O gerenciamento precisa se conectar com um novo paradigma de desenvolvimento, para fazer emergir a organização da sociedade local e seus elos com as diferentes escalas, a fim de operacionalizar uma estratégia adequada de desenvolvimento.

No que concerne a essa questão, visa-se conhecer e, ao mesmo tempo, operacionalizar processos de organização, capacitação, planejamento e estruturação da gestão estratégica dos territórios rurais, mas também iniciativas que enfrentem as restrições ao desenvolvimento e estructurem instrumentos de políticas públicas que sejam fundamentais para destravar as soluções de desenvolvimento sustentável do território, em particular, do Território Rural do Nordeste Paraense.

Sob a perspectiva de território como uma inovação no aspecto da implantação de ações e projetos, interessa-nos, com base nessa abordagem, entender os avanços e as dificuldades dessa política, assim como identificar e verificar se as ações e projetos no Território em análise atendem as demandas de desenvolvimento do mesmo. Além disso, deve-se constatar se há mudanças na vida dos sujeitos que vivem nesse espaço, quando esta busca a criação de políticas intervencionistas, tendo em vista abranger aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, considerando a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e inclusão social como perspectiva de transformação da realidade social destes.

Com relação à análise da pesquisa do ICV, realizada nos meses de janeiro a agosto de 2011, com objetivo de identificar a percepção de pescadores, ribeirinhos,

quilombolas e agricultores familiares sobre suas condições de vida, nas amostras sorteadas pela SDT/MDA, em dez dos vinte municípios que compõem o Nordeste Paraense, pode-se constatar que, dos 270 entrevistados, 60% eram agricultores familiares, 12,6% representantes de produção não familiar, o que representou 68,5% da amostra com agentes que possuíam algum tipo de produção e, 31,5% da amostra, apresentaram-se sem qualquer produção.

Quadro 1 – Sujeitos Entrevistados

Amostra	Freq.	%
Agricultura Familiar	151	55,9
Produção não Familiar	34	12,6
Com Produção	185	68,5
Sem Produção	85	31,5
Total	270	100,0

Fonte: Elaboração da equipe com base nos dados SGE, 2011.

O indicador identitário de caracterização do TENEPa, segundo a percepção dos entrevistados é a agricultura familiar. Os dados gerados pelo sistema mostram que os membros da Plenária do CODETER⁸ percebem a agricultura familiar com 87%; seguido por fortes características ambientais, com 79,7%; outro indicador médio alto diz respeito à participação política, apresentou 77,8%; e a influência da economia da região apresentou 76,5%, ao mesmo tempo em que caracterizam a pobreza, problemas e conflitos sociais (com 75,2%) como outro fator de identidade marcante no Território.

Os fatores colonização/ocupação (73,9%) e etnia (73,6%), embora apresentem um nível médio alto, como os demais, ficam nos últimos lugares enquanto fatores

⁸ Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste Paraense, instituído por decisão dos atores sociais pertencentes ao Território, e é organizado como um fórum de caráter permanente com objetivo de debater, articular a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e garantir a aplicação das políticas públicas no território.

identitários, o que pode demonstrar um desconhecimento da história local por parte dos entrevistados, ou mesmo uma falta de entendimento do que sejam estes fatores.

Na composição do ICV, seguindo a metodologia aplicada, as instâncias de agrupamento dos dados representaram dimensões definidas como: Fatores de Desenvolvimento, que atingiram o índice de 0,476 (médio); Características do Desenvolvimento com 0,501 (também médio), sendo que, para essas duas dimensões, compreende-se o conjunto da amostra Com Produção familiar e não familiar; e os Efeitos do Desenvolvimento, com índice de 0,629 (médio alto), dos quais se agregam as informações do conjunto da amostra dos Sem Produção.

Entre os componentes do Índice relacionado com os fatores de desenvolvimento, destaca-se positivamente o componente de Condições de Moradia, com índice de 0,616 considerado Médio Alto (na escala de 0,60 a 0,80), em que 11,4% dos entrevistados “condição ótima”, 37,8% “condição boa” e 41,1% “condição regular”. Na realidade, o geral é uma condição de moradia regular, em que muitas habitações são constituídas com piso de “chão batido”, contudo, as indicações para a existência de infraestrutura básica (energia elétrica, água nas casas, fogão a gás, geladeira e telefone) foram boas, com aproximadamente 50% a 90% das respostas, apenas os itens de banheiro e computador tiveram baixa representação, 35% e 1,08% respectivamente.

Entre os componentes do Índice relacionado com as características do desenvolvimento, destacam-se de forma positiva os índices de Conservação das Fontes de Água, com classificação médio alto de 0,666; bem como, os índices de Preservação da Vegetação Nativa e Conservação da Área de Produção: Solo, com avaliação média de 0,600 e 0,588, respectivamente. Essa mesma avaliação também se deu para os fatores de Produtividade do Trabalho, da Terra e Diversificação da Produção Agrícola, com índices médios de 0,461, 0,536, 0,405. No entanto, como exposto acima, a região vêm apresentado altos índices de destruição ambiental.

Por fim, os componentes do Índice relacionado aos efeitos do desenvolvimento, destacam a Permanência dos Familiares no Domicílio, com 0,874, considerado índice Alto (na escala de 0,80 a 1,00), com 92,6% dos entrevistados que consideram “Ótimo” ou “Bom” para a condição de permanência. A Participação em Organizações Comunitárias (0,658), em Atividades Culturais (0,627), as Condições de Alimentação e Nutrição (0,611) e a Situação Econômica (0,639) foram consideradas em nível Médio Alto. Torno de 60% percebem as situações entre “Ótimo” e “Bom”, contudo, considerou-se regular, com 43,7% e 41,8% das respostas, para as Condições de Alimentação e de Saúde; e 30% e 30,7%, para a Participação Política e Situação Ambiental.

Por meio da análise dos dados do Território Nordeste do Pará, é possível observar a necessidade do desenvolvimento de ações relacionadas à promoção do território, tendo em vista garantir as reservas disponíveis para o desenvolvimento do extrativismo, ou ainda, aprofundar a análise sobre as transferências de renda dos programas de governo (tipo bolsa família) – que têm sido importante no contexto territorial, uma vez que possibilitou às famílias do território perceber uma melhoria em suas condições de renda e, conseqüentemente, de vida – a fim de saber se estes têm reforçado a permanência no campo, acomodando as migrações ou influenciando os efeitos do desenvolvimento para além do que seria esperado como conseqüência de seus fatores de promoção, portanto, reforçando a dissociação entre fatores e efeitos do desenvolvimento. Estas são questões que se propõem para novos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos autores analisados defendem a importância de incorporar o conceito de território como estratégia de promoção de políticas públicas de múltiplas dimensões, em face da crítica desse modelo à noção de desenvolvimento centrado nas dinâmicas exógenas. Ou seja, a emergência do território aparece como alternativa de um novo padrão de desenvolvimento. Em relação ao território rural, destaca-se a partir de Souza e Fillipi (2008) que o território rural é um campo de disputa, conflitos e relações de poder. Nesse sentido, criar consenso de interesses comuns igualitários pode ser um pouco arriscado, ou uma visão ilusória, quando se busca a eliminação de conflitos ou questionamentos.

A abordagem para o desenvolvimento, aqui discutida, propõe a participação dos sujeitos locais na elaboração, implementação e gestão das ações e políticas de desenvolvimento territorial, logo, estas não devem se restringir apenas as instâncias governamentais ou aos seus órgãos, mas também por instâncias da sociedade civil. Para que as potencialidades de uma comunidade possam alavancar o desenvolvimento coletivo, os atores precisam se unir na ajuda mútua e no controle social de meios essenciais de produção e distribuição (EID; PIMENTEL, 2008).

Portanto, o desenvolvimento rural consiste em uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, nas ações desenvolvidas pelo Estado nacional, tem variado ao longo do tempo, embora nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (NAVARRO, 2001).

Em suma, no que tange ao Território do Nordeste Paraense, os instrumentos do desenvolvimento territorial associados à gestão estratégica buscam estruturar o reordenamento desses espaços, a partir de uma concepção articulada aos sujeitos protagonistas locais, a fim de que possam indicar estratégias de desenvolvimento articuladas à produção agrícola, à pecuária, ao comércio, aos serviços, às indústrias e às reservas ambientais sob uma complexidade articulada à interdependência dos sistemas de uso da terra como condição essencial ao desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: MDA/NEAD, 1998.

BARBOSA, Maria José de Souza, et al. **Relatório Analítico do Território Marajó**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2012.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno. Contribuição ao debate teórico sobre Desenvolvimento Local e Cadeias Produtivas. **Conexões**, Belém, v.1, n.1, p. 69-90, ago./dez., 2008.

ESPÍNDOLA, Michely Aline Jorge; ARRUDA, Dayana de Oliveira. Desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. **Revista Visões**, Macaé, v.1, n.4, jan./jun. 2008.

FIGUEIREDO, Elisabete. **O Desenvolvimento Rural em Questão - Das Novas Condições às Novas Políticas**. Aveiro, DAO - Universidade de Aveiro (trabalho apresentado para provas de capacidade científica), 1993.

_____. Ambiente Rural – A utopia dos Urbanos? In: CAVACO, C. (Coord.). **Desenvolvimento Rural: Desafio ou Utopia?** Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. (Coleção – Estudos para o Planejamento Regional e Urbano, n.º 50)

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, Dossiê: Desenvolvimento Rural. v.15, n.43, p.83-100, set./dez. 2001.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Raquel. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Armando Lírio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Desenvolvimento rural na perspectiva da relação estado e mercado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Sober, 2008.

* Artigo submetido em 07 de junho de 2013 e aceito para publicação em 15 de julho de 2013.